

Com aprovação de relatório, CPI da Petrobras encerra seus trabalhos

A CPI da Petrobras aprovou ontem o relatório final, elaborado por Romero Jucá, e encerrou seus trabalhos. Fernando Collor

reclamou do pouco tempo para examinar toda a documentação e fez sugestões, aceitas, sobre licitações da estatal. **8**

Jucá (D), ao lado de João Pedro, defende a aprovação do relatório final da CPI



Márcia Kollme

Reestimativa eleva receita em R\$ 1,7 bi no Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento aprovou relatório que aumenta em R\$ 1,7 bilhão a receita prevista no projeto da lei orçamentária da União para o próximo ano. **8**

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XV – Nº 3.160 – Brasília, sexta-feira, 18 de dezembro de 2009

Senado votou mais de 2.600 matérias este ano, diz Sarney

“Terminamos com a sensação de dever cumprido”, afirma o presidente do Senado em sua avaliação do desempenho da Casa em 2009. Destaques foram leis nas áreas ambiental, da Justiça e da educação. **5**



Genildo Magalhães

Nas galerias do Senado, servidores do Dnit aplaudem a aprovação de projeto que reajusta salários da categoria

Lei Joanna Maranhão segue para a Câmara

Instrumento importante para punição de abuso sexual de crianças, o projeto da Lei Joanna Maranhão foi aprovado ontem pelo Plenário. A proposta – cujo nome homenageia a nadadora que, depois de adulta, denunciou seu treinador por abuso sexual quando ainda era criança – deve ser examinada agora pela Câmara. O Plenário aprovou ontem mais 34 matérias. **4 e 5**

Anistia a policiais e apoio a vítimas da talidomida

Entre as propostas aprovadas pelo Senado, estão indenização a vítimas da talidomida, anistia a policiais punidos por reivindicações salariais e reajuste para servidores do Dnit. O Plenário acolheu também 22 acordos internacionais, projeto que aumenta a pena para quem faz apologia de crime e proposta que permite nomeação de companheiro como inventariante. **4 e 5**

Aprovada reestruturação nos quadros da Marinha

Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores acolheram ontem projeto que pode ir à sanção presidencial. **2**

CCJ examinou mais de 1.400 matérias em 2009

Entre as matérias destacadas pelo presidente da comissão, Demostenes Torres, está a punição com rigor dos crimes contra a dignidade sexual. **2**

Mudança no Código de Processo Penal fica para 2010

O Plenário decidiu enviar ao exame da Comissão de Constituição e Justiça o projeto que altera o Código de Processo Penal. **7**

“Reforma administrativa reduz 40% da estrutura do Senado”

A Mesa diretora aprovou ontem a proposta de reforma do Senado, que, segundo o presidente da Casa, José Sarney, reduzirá em 40,3% a estrutura administrativa. O projeto, que ainda será examinado pela Comissão de Constituição e Justiça e pelo Plenário, resultou de estudos apresentados pela Fundação Getúlio Vargas e de sugestões

de senadores e servidores. Depois de participar da reunião da Mesa, o 1º secretário, Heráclito Fortes, anunciou que o Senado economizou cerca de R\$ 200 milhões este ano com cortes em despesas administrativas. O senador disse que a Casa não precisou recorrer a nenhum crédito suplementar para cobrir as despesas. **3**



Jane Araújo

Mão Santa (E), Sarney, Heráclito e Patrícia Saboya participaram de reunião da Mesa que examinou a reforma administrativa

Comissões de Justiça e de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovam projeto que permite ampliação de 51.800 para 69.800 no total de funcionários da Marinha



Demostenes Torres, ao lado de Wellington Salgado, preside a reunião da Comissão de Constituição e Justiça

Avança reestruturação dos quadros da Marinha

A REESTRUTURAÇÃO DOS Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha foi aprovada ontem pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), nesta última em decisão terminativa. A reestruturação consta do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 314/09, de autoria do Executivo.

Na exposição de motivos enviada pelo Executivo, os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e do Planejamento, Paulo Bernardo, justificam que “há mais de 40 anos os efetivos da Marinha não apresentam variação significativa, tendo crescido apenas 8,6% nesse período”.

Afirmam ainda os dois ministros que “as imensas tarefas atribuídas à Marinha tornam imperioso o aumento da sua

força de trabalho”.

Limites

O projeto, entre várias alterações propostas, acrescenta aos Corpos e Quadros de Oficiais o Quadro Suplementar e o Corpo de Oficiais da Reserva da Marinha. Atualmente, já existem nos quadros os seguintes corpos: da Armada, de Fuzileiros Navais, de Oficiais Fuzileiros Navais, de Intendentes da Marinha, de Engenheiros da Marinha, de Saúde da Marinha e ainda Auxiliar da Marinha.

Os efetivos de oficiais, dos diversos corpos, passam a ter 87 oficiais gerais e 10.620 oficiais superiores, intermediários e subalternos. O texto em vigor fixa limites para cada um dos diferentes níveis. A proposta aprovada exclui desse limite os

aspirantes da Escola Naval e os alunos do Colégio Naval, cujos efetivos serão regulados pelo Comandante da Marinha. Atualmente, o limite fixado para esses dois grupos é de 1.500.

O Corpo de Praças da Marinha passa a ser constituído também pelo Corpo de Praças da Reserva da Marinha, ao lado das três categorias já existentes: Praças da Armada, Praças de Fuzileiros Navais e Auxiliar de Praças. O efetivo dos Praças da Marinha passa a ter um limite de 69.800 funcionários, contra os atuais 51.800 estipulados na Lei 9.519/97, que dispõe sobre o assunto. Os relatores na CCJ e na CRE, senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e *ad hoc* Roberto Cavalcanti (PRB-PB), respectivamente, apresentaram parecer favorável à proposta.

Comissão de Justiça votou 1.454 projetos este ano

O senador Demostenes Torres (DEM-GO), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), anunciou ontem a intenção de promover entendimento com a CCJ da Câmara dos Deputados para que as proposições aprovadas pelos senadores sejam votadas pelos deputados. Um relatório das atividades do colegiado em 2009, apresentado pelo senador, indica que a comissão realizou no período 56 reuniões e votou 1.454 matérias.

Segundo Demostenes, as propostas votadas no Senado para o combate à violência, por exemplo, seriam suficientes para que o país tivesse uma legislação adequada na área de

segurança pública. No entanto, afirmou, a maioria das matérias fica “emperrada” na Câmara.

– Há uma disposição aqui de aprovarmos projetos da Câmara e queremos continuar agindo dessa forma. É preciso um entendimento com a CCJ da Câmara para que esses projetos [os aprovados no Senado] sejam aprovados lá. Não existe uma disputa. O que prevalece é o interesse do país. Queremos fazer uma espécie de comissão para que os projetos caminhem. Nosso sistema é bilateral e temos que respeitar isso – declarou o parlamentar.

Uma conversa sobre essa comissão, que seria integrada por parlamentares das comissões de

Constituição e Justiça das duas Casas, ocorreu na quarta-feira entre Demostenes e o líder do Bloco de Apoio ao Governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP).

O relatório da produção da CCJ este ano mostra que a comissão aprovou 101 projetos de lei do Senado (PLSs) em decisão terminativa e 131 em votação não terminativa; 68 propostas de emenda à Constituição; 105 requerimentos; 441 requerimentos apresentados em Plenário; 323 emendas e subemendas de comissão; 114 projetos de lei da Câmara dos Deputados (PLCs) com tramitação não terminativa; e 38 PLCs em decisão terminativa.

Demostenes destaca propostas relevantes

A lei que altera dispositivos do Código Penal na parte relativa aos crimes contra a dignidade sexual, transformando o atentado violento ao pudor em estupro e aumentando a pena do agressor se a vítima for vulnerável – menor de 14 anos de idade, portadora de enfermidade ou deficiência mental –, foi citada pelo presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Demostenes Torres (DEM-GO), como uma das propostas mais importantes aprovadas pelo colegiado neste ano.

O senador mencionou também o projeto que trata do crime organizado e que, em sua opinião, permite ao Brasil evoluir para uma legislação condizente com a legislação mundial. Pela proposta, no caso de o criminoso pertencer a uma organização criminosa, ele receberá a pena prevista para o crime cometido – por exemplo, uma fraude – somada à pena estabelecida para quem integra esse tipo de associação. Demostenes disse que o projeto disciplina de forma mais adequada as interceptações telefônicas e

ambientais e trata da delação premiada.

Demostenes referiu-se ainda, entre outras matérias, a projetos que dificultam a progressão de regime a que o preso está submetido – “hoje o que temos é um escândalo, é um rodízio de presos no Brasil” – e a propostas que tratam do monitoramento eletrônico do preso e da possibilidade de utilização de videoconferência no interrogatório e na inquirição de testemunhas. Citou também a proposta que inclui a corrupção na relação dos crimes hediondos.

Casagrande espera que bom senso garanta acordo sobre clima

Renato Casagrande (PSB-ES) afirmou ontem, em Plenário, que a 15ª Conferência do Clima das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), que acontece em Copenhague, na Dinamarca, corre o risco de acabar sem nenhum entendimento para a elaboração de um novo protocolo mundial de compromissos para a redução das emissões de gás carbônico na atmosfera.

– Espero que alguma liderança ou algumas lideranças, com a presença dos chefes de Estado, possam, junto com o presidente Lula, ter bom senso e que nós possamos fechar algum entendimento – afirmou o senador.

Casagrande lembrou que o Protocolo de Kyoto tem vigência até 2012 e que, a partir de 2013, não há “qualquer compromisso firmado entre as nações” relacionado a medidas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

– Isso é muito ruim, porque já temos uma temperatura muito mais elevada do que tínhamos logo no início da revolução industrial – assinalou Casagrande, que lamentou a resistência de alguns países em assumirem



Renato Casagrande lembra que Protocolo de Kyoto expira em 2012

compromissos efetivos de redução de gás carbônico na atmosfera.

Atleta campeã

Casagrande também homenageou a atleta capixaba Neymara Carvalho, que, no último sábado, conquistou na Espanha, nas Ilhas Canárias, o quinto título mundial de bodyboard.

– Nenhuma atleta conseguiu vencer tantas vezes o circuito mundial. Com o pentacampeonato mundial, a capixaba Neymara Carvalho se tornou a maior referência do esporte para nossos jovens. Parabéns pequena notável, parabéns a toda sua família.

Marina Silva: líderes parecem incapazes de salvar o planeta

Os países desenvolvidos se dispuseram a gastar US\$ 14 trilhões para combater a crise econômica mundial, investindo em um modelo predatório de desenvolvimento, mas não são capazes de investir US\$ 200 bilhões ao ano em ações que levem à mudança desse modelo. A observação foi feita ontem pela senadora Marina Silva (PV-AC), em entrevista por telefone à Agência Senado, antes de retornar ao Brasil depois de cinco dias em Copenhague, dedicados à Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15).

– Lideranças tão poderosas para decidir sobre economia não são capazes de tomar uma decisão para salvar o planeta – lamentou, referindo-se à falta de acordo em relação ao fundo mundial para as mudanças climáticas e aos cortes de emissões de gases de efeito estufa.

Marina disse esperar que, com a chegada do presidente Lula a Copenhague, o Brasil pudesse se reposicionar. Referindo-se à ministra da Casa Civil, Dilma



Marina diz que países gastaram US\$ 14 tri em modelo predatório

Rousseff, afirmou que a chefe da delegação brasileira adotou “posição equivocada” ao defender a não participação do Brasil com recursos para financiar ações de adaptação dos países mais pobres.

Segundo Marina, tais recursos “poderão ser mobilizados” para que países da África e as ilhas sujeitas ao desaparecimento possam investir em ações de adaptação. E os emergentes como Brasil, China, Índia, México e África do Sul deveriam se comprometer em financiá-las, já que também seriam beneficiados.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não deliberativa

A sessão plenária, às 9h, é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores. Entre os inscritos, estão Papaléo Paes (PSDB-AP), Augusto Botelho (PT-RR) e Serys Slhessarenko (PT-MT), entre outros.

Votação de projeto de resolução que modifica estrutura do Senado será realizada em 2010. Número de diretorias é reduzido de 39 para seis

SECS divulga nota sobre os principais pontos da proposta

A nova estrutura do Senado – que será definida após a aprovação do projeto de resolução oriundo do texto produzido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), das sugestões de funcionários e das emendas dos senadores – será mais moderna, mais racional e mais bem preparada para atender às demandas institucionais e da sociedade. É o que afirma, em nota, a Secretaria Especial de Comunicação Social (SECS).

A nota foi divulgada após reunião da Mesa diretora durante a qual foi aprovada a proposta, que agora seguirá para o exame dos senadores.

Leia abaixo a íntegra da nota:

Reestruturação

“O projeto de resolução da reforma administrativa aprovado pela Mesa diretora e que será lido em Plenário na próxima terça-feira e encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça promove uma profunda reestruturação do Senado Federal, moderniza a gestão, dá mais transparência ao processo decisório e corta despesas.

O texto resulta de estudo técnico da Fundação Getúlio Vargas e incorpora sugestões da Casa e, mais recentemente, propostas apresentadas pelos senadores. Reduz de 39 para apenas seis o número de diretorias de nível superior, o que significa um corte de 84,6%, e promove redução de 40% nas despesas com as funções comissionadas da administração e gabinetes parlamentares.

Com a reforma, o Senado passa a ter como órgãos estratégicos de direção a Secretaria-Geral da Mesa e a Secretaria-Geral de Administração, que têm, ambas, características de coordenação central das áreas legislativa e administrativa. Integram, ainda, a direção superior a Secretaria de Comunicação Social, a Secretaria de Gestão de Pessoas, a Secretaria de Tecnologia da Informação e o Centro de Informação e Documentação. A transparência, favorecida pela descentralização e racionalização administrativa, foi reforçada com o crescimento da área de controle interno, que, conforme orientação do Tribunal de Contas da União e da FGV, ganhou capilaridade em todo o corpo administrativo do Senado.

A mudança dará ao Senado uma estrutura moderna e racional e, por isso, mais bem preparada para responder às demandas institucionais e da sociedade. Haverá uma redução estrutural e de cargos de direção diversos, como, por exemplo, de 85% das funções de chefes de gabinetes administrativos, 62% das funções de assessores administrativos e 57% das funções de assistentes técnicos.

Conselho

A Comissão Diretora do Senado passará a contar com a assessoria de um Conselho de Gestão, composto dos titulares dos principais órgãos de direção e assessoramento superior, além de representantes da Presidência e da 1ª Secretaria, para a formulação e implementação de políticas internas de administração, relativas a pessoal, infraestrutura, tecnologia, comunicação e informação, orçamento, finanças e licitações, em substituição ao modelo de administração centralizada em um único órgão da área administrativa.

Entre outras iniciativas de reordenamento e racionalização, a reforma promove o agrupamento de unidades administrativas que exercem atividade de natureza semelhante, com consequente racionalização de recursos humanos e materiais. Exemplo disso é a incorporação das áreas administrativa, de gestão de pessoal, financeira, jurídica, de compras e contratações do Prodasen e da Gráfica às estruturas já existentes do Senado. O Interlegis também foi absorvido como departamento e virou um programa.

Plano de cargos

Aprovada, a reforma administrativa do Senado deverá entrar em vigor em 2010. Para complementar a reformulação, conforme sugestão da FGV, está prevista, ainda, a adoção de um novo plano de cargos e salários, a ser submetido a Plenário, a exemplo do que já fez a Câmara dos Deputados. A partir daí, será possível adotar uma política salarial harmônica com o restante da Esplanada dos Ministérios, evitando a eventual concessão assistemática de aumentos, funções e outros benefícios.

Secretaria Especial de Comunicação Social.”

Sarney: reforma administrativa reduz 40% da estrutura da Casa

A VERSÃO FINAL da proposta de reforma administrativa representará redução de 40,3% na estrutura do Senado. A afirmação é do presidente José Sarney. Ele explicou que um projeto de resolução confirmando a proposta apresentada pela Fundação Getúlio Vargas e modificada por sugestões de senadores e servidores será submetido à Casa. O projeto vai tramitar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania antes de ir a Plenário. A votação será em 2010.

– Mas cumprimos com nosso dever. Terminamos o ano e entregamos a reforma pronta do Senado – afirmou em entrevista.

Ainda segundo o presidente, os senadores tiveram oportunidade de opinar por duas vezes sobre a proposta, tendo 30 dias para exame de uma primeira versão e mais 30 para uma segunda proposição. De modo que, continuou ele, “não tem matéria estranha nenhuma que não tenha sido exaustivamente estudada democraticamente por vários segmentos da Casa, funcionários, com realização de audiência pública. Todos os senadores receberam o primeiro texto, o segundo e agora o texto final, ainda pedindo observações”.

Indagado se seria mesmo neces-

sária a contratação da consultoria da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para elaborar a reforma administrativa, já que a versão final não seria apenas da instituição, Sarney afirmou que praticamente toda a reforma foi realizada pela FGV. Algumas peculiaridades relativas, por exemplo, ao funcionamento da parte legislativa e do Plenário, em razão da falta de similaridade com outros órgãos da administração pública, exigiram, segundo o presidente, contribuições internas.

Pirâmide

José Sarney explicou que a reforma inverteu a base da “pirâmide” administrativa do Senado, reduzindo os cargos de gestão, que estão acima, e aumentando o número de funcionários na base.

O presidente também negou que a versão final da proposta contenha uma redução menor de cargos comissionados (nomeados pelos senadores) para os gabinetes do que o previsto no projeto original da FGV. Segundo ele, o texto final prevê, na verdade, uma redução ainda maior.

Balanco positivo

O senador fez também um balanço positivo dos trabalhos le-

gislativos deste ano. Do ponto de vista qualitativo, Sarney classificou como “extraordinário” o trabalho do Senado, porque foram votadas matérias de grande importância para a população.

– Acho que começamos um ano no Senado muito tumultuado. Acredito que nós até conseguimos tirar proveito dessas discussões que tivemos, porque todo mundo se conscientizou da necessidade de termos uma decisão enérgica em relação aos casos aqui existentes – afirmou.

O presidente ressaltou que todas as censuras feitas à administração da Casa foram resolvidas. Ele considerou que o ano está terminando “brilhantemente” e que a instituição “está em absoluta tranquilidade”.

Questionado sobre o que espera para o Senado no próximo ano, o senador observou que 2010 será atípico, em razão das eleições.

– Nesses anos de eleição, quase sempre há uma inversão. Em vez de assuntos legislativos a serem votados, afloram os assuntos políticos, que são mais emocionais, mais passionais. Mas nós vamos fazer tudo para que não tenhamos nenhum prejuízo em relação aos trabalhos da Casa – finalizou.



Proposta de reforma administrativa foi apresentada à Mesa diretora, que decidiu transformá-la em projeto que vai tramitar na Casa

Senado economizou R\$ 200 milhões, diz Heráclito

O Senado economizou cerca de R\$ 200 milhões em 2009 com o corte das despesas administrativas. A informação foi dada pelo 1º secretário, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), após decisão da Mesa de transferir para o ano que vem a deliberação, em Plenário, sobre a reforma administrativa.

– E não recorremos a nenhum crédito suplementar para as despesas da instituição. Cortamos investimento e pessoal e isso já se refletiu em economia – disse Heráclito em entrevista.

Quanto ao projeto da reforma administrativa, ele explicou que, “se não houver nenhuma divergência”, a Mesa o enviará ao Plenário para a leitura. A proposta então vai tramitar como projeto de resolução, sendo enviado ao exame da CCJ.

Questionado pelos jornalistas sobre a ideia, discutida este ano pela Mesa, de cada senador ter

direito a mais um assessor em seu estado, Heráclito definiu o tema como “assunto passado”. E explicou que a questão prosperou quando se presumia que havia um consenso a seu respeito.

– Como os líderes disseram que não concordavam, o assunto está fora de discussão – acrescentou ele.

Sobre o plano de demissão voluntária, sugerido pela Fundação Getúlio Vargas, que auxilia o Senado na reforma, mais uma vez Heráclito disse que o assunto está fora de discussão. O 1º secretário lembrou que a própria FGV reconheceu que a providência não alcançaria nenhum êxito.

Corte de funcionários

Outra questão suscitada pelos jornalistas foi o corte de 30% dos funcionários terceirizados e de 40% dos comissionados, também

sugerido pela FGV. Heráclito Fortes disse que esse ainda é um objetivo do Senado.

– Mas isso é um trabalho que tem que ser feito paulatinamente. Temos que trabalhar em cima disso, sem que a máquina sofra nenhuma solução de continuidade.

O senador também foi questionado se a reforma seria suficiente para eliminar irregularidades.

– Irregularidade você não combate com reforma, mas com atitude. E essas atitudes foram tomadas antes da reforma. A reforma é para aperfeiçoar e enxugar a máquina, para não deixá-la perder sua eficiência.

Heráclito elogiou o trabalho realizado pela FGV, observando que a reforma tem duas vertentes: a questão administrativa e a questão legislativa, que, por ser específica, precisou mais da colaboração de servidores com conhecimentos especializados sobre a instituição.

Proposta determina que o prazo de prescrição de crime contra a liberdade sexual de criança ou adolescente começa a correr a partir da data em que a vítima completar 18 anos, salvo se já houver sido proposta a ação penal

Plenário vota mais de 30 propostas em um único dia

Os senadores aprovaram ontem, em um dos últimos dias de trabalhos legislativos do ano, mais 35 matérias – entre elas, 22 acordos internacionais. O destaque da sessão ficou por conta do projeto de lei da CPI da Pedofilia (PLS 234/09) que modifica as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes.

O projeto foi batizado de Lei Joanna Maranhão, em homenagem à atleta olímpica que sofreu abuso sexual de seu treinador durante a infância e denunciou-o à Justiça depois de se tornar maior de idade. A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Aprovado ontem, o PLC 175/08 institui o dia 28 de agosto como Dia Nacional de Combate e Prevenção ao Escalpelamento. O problema atinge principalmente populações ribeirinhas do Norte do país, que dependem de embarcações precárias para se locomover. O escalpelamento consiste no arrancamento brusco da parte superior do crânio pelo motor ou pela hélice do barco. A matéria foi à sanção.

Também por decisão do Senado, encaminhada à sanção presidencial, os servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) terão seu plano de cargos e carreiras reestruturado (PLC 322/09).

Já as contas do governo federal e de outros órgãos da administração pública referentes aos exercícios de 2003 (PDS 77/07) e 2004 (PDS 60/09) precisarão passar por nova votação em segundo turno.

Os senadores fizeram ainda a primeira sessão de discussão em primeiro turno da proposta de emenda à Constituição (PEC 89/03) que impede a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permite a perda de cargo nos casos de prática de crimes.

A proposta ainda precisa passar por mais quatro turnos de discussão e votação em primeiro turno, além de três turnos de discussão e votação em segundo turno, antes de ser enviada ao exame da Câmara dos Deputados.

Outros projetos

Também foram aprovados ontem os seguintes projetos:

PLC 19/05 – (Substitutivo) Dispõe sobre a criação do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras. Do deputado Fernando Gabeira (PV-RJ). Vai à Câmara.

PLC 126/08 Denomina Viaduto Márcio Rocha Martins o viaduto localizado na BR-040 entre os municípios de Ouro Preto e Itabirito, estado de Minas Gerais. Do deputado José Santana de Vasconcellos (PR-MG). Vai à sanção.

PLC 138/08 Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispondo sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de 18 anos. Do deputado Geraldo Magela (PT-DF). Vai à Câmara.

Senado aprova o projeto da Lei Joanna Maranhão, que segue para a Câmara

O PROJETO JOANNA Maranhão – mais um instrumento contra o abuso sexual de crianças no Brasil – foi aprovado ontem em Plenário. A proposta determina que o prazo de prescrição no caso dos crimes contra a liberdade sexual de crianças e adolescentes começa a correr a partir da data em que a vítima completar 18 anos, salvo se nesse tempo já houver sido proposta a ação penal. Sugerido pela CPI da Pedofilia, o projeto segue agora para a Câmara dos Deputados.

O projeto Joanna Maranhão (PLS 234/09) recebeu esse nome em homenagem à nadadora que denunciou seu treinador por abuso sexual que teria sofrido quando ainda era criança. Pelo artigo 103 do Código

Penal (Decreto-Lei 2.848/40), o prazo para a denúncia do abuso é de seis meses, a contar do fato. Joana era criança quando sofreu o abuso, e sua família, então representante legal da menor de idade, não fez a denúncia. Pela proposta, esse prazo prescricional de seis meses começa a contar somente quando a vítima completa 18 anos, proporcionando, assim, nova chance para que a pessoa que sofreu abuso – agora maior de idade – possa, ela mesma, promover a ação.

Segundo o presidente da CPI da Pedofilia, Magno Malta (PR-ES), em razão da gravidade dos crimes e efeitos nocivos causados a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, seria melhor que

Aprovado aumento de pena para quem incita a crime ou faz apologia

O Plenário também aprovou projeto que estabelece cobrança de multa e aumenta para seis meses a um ano a pena de detenção para quem incita a prática de crimes. Atualmente, pelo Código Penal, a chamada incitação qualificada é punida com detenção de três a seis meses ou multa. O projeto segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

Outra alteração introduzida pelo projeto (PLS 201/09) estabelece que quem fizer apologia de fato criminoso ou de autor de crime publicamente também será punido com detenção de seis meses a um ano e multa. Hoje, a apologia de crime ou criminoso recebe, igualmente, a pena de três a seis meses de detenção ou multa.

O projeto, da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da

Pedofilia, foi aprovado com duas emendas de redação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatado pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO). Na justificativa da proposta, os membros da CPI argumentam que parte da dificuldade de combater a prática criminosa “decorre do sentimento de descrença ou ineficácia da lei penal, que estimula manifestações no sentido de sua inobservância”. Os senadores entendem que a punição para quem incita ou faz apologia do crime ou do criminoso não tem a dimensão devida e consideram natural que as penas associadas a essas práticas estejam de algum modo vinculadas à gravidade do crime cuja apologia se faça.

A relatora concordou com essa avaliação e considerou o projeto “conveniente e oportuno”.

Vítimas da talidomida receberão indenização

Vai à sanção presidencial projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que obriga a União a indenizar por dano moral as pessoas que adquiriram alguma deficiência física em virtude do uso da talidomida. No Brasil, a talidomida começou a ser vendida em 1958, como sedativo. Foi utilizado para aliviar náuseas matinais em gestantes. O remédio foi retirado do mercado em 1965, após confirmação de que causava malformações fetais.

Em maio de 2007 o Senado aprovou o projeto (PLS 156/06) e o encaminhou à Câmara. Os senadores acataram ontem uma emenda da Câmara que estabelece que a lei produzirá seus efeitos financeiros a partir do dia 1º de janeiro de 2010.

O projeto de Tião Viana estipula o pagamento de R\$ 25.725 por pessoa. Esse valor pode ser aumentado, levando em consideração o grau de dependência do enfermo e da deformidade física. O pagamento deverá ser feito em uma única parcela. De acordo com a proposta, a indenização será paga pelo Tesouro e terá caráter automático, sem necessidade de o beneficiário requerê-la. Não há uma estatística confiável e completa referente ao número de pessoas que sofreram malformação por conta do uso da talidomida no Brasil.

Os senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Augusto Botelho (PT-RR) se pronunciaram pela aprovação da matéria.

Mais de 20 acordos recebem voto favorável

O Senado aprovou 22 acordos internacionais. Entre os textos, está o projeto de decreto legislativo (PDS 865/09) que aprova ajuste de cooperação financeira entre Brasil e Alemanha. O documento está relacionado ao programa de construção de pequenas centrais hidrelétricas no Norte e Nordeste do Brasil. Outros três acordos com a Alemanha também foram aprovados: PDS 870/09, PDS 875/09 e PDS 496/09.

O Plenário acolheu ainda projetos de decreto legislativo referentes a acordos assinados com o Peru (PDS 721/09); que tratam do Mercosul (PDS 717/09, PDS 814/09 e PDS 848/09); sobre a Convenção de Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional (PDS 718/09); com a Nova Zelândia (PDS 845/09); referente à Convenção sobre o Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar (PDS 478/09); com Trinidad e Tobago (PDS 661/09); sobre o Comitê de Segurança Marítima Internacional (PDS 695/09); com o Paraguai (PDS 812/09 e PDS 813/09); referente à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Marinha por Navios (PDS 815/09); sobre a Organização Internacional do Trabalho (PDS 817/09); referente à União Internacional de Telecomunicações (PDS 818/09); com o Sri Lanka (PDS 820/09); com a Lituânia (PDS 841/09); com Suazilândia (PDS 843/09); e com a Noruega (PDS 844/09).

tais delitos tivessem recebido, na Constituição, o mesmo tratamento dispensado aos crimes de racismo, insuscetível de prescrição. Mesmo assim, acrescentou o parlamentar, é possível dilatar, por meio de lei ordinária, o início da contagem do prazo prescricional.

– Alcançando a maioria, a vítima assume as condições para agir por conta própria. Propomos, então, que somente a partir desta data comece a correr o prazo prescricional, salvo se já proposta a respectiva ação penal, quando prevalecerão as disposições atualmente vigentes – disse.

De acordo com o senador, as denúncias de violência levadas ao conhecimento da CPI são espanto-

sas, não somente pela quantidade – maior do que se imaginava –, mas também pela crueldade e frieza com que os agentes executam seus crimes.

– Certamente será copiada no mundo inteiro. Ao aprovar essa lei, fechamos, hoje, um ciclo contra a impunidade. A construção desta lei, na Câmara, com certeza terá celeridade – afirmou.

Os senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) também elogiaram o projeto. Para Casagrande, esse novo “arcabouço legal vai garantir punição aos culpados” por crimes de abuso praticados contra crianças. Virgílio enalteceu a coragem de Joanna Maranhão em denunciar seu abusador.

Projeto permite que companheiro seja nomeado inventariante

Projeto aprovado ontem pelo Senado altera o Código de Processo Civil para permitir que o companheiro sobrevivente seja nomeado inventariante, desde que estivesse convivendo com seu parceiro na época da morte. Tal direito já é garantido legalmente ao cônjuge sobrevivente.

O relator da matéria (PLC 130/07) na Comissão de Constituição e Justiça, senador Raimundo Colombo (DEM-SC), ofereceu parecer favorável com uma emenda de redação. Segundo ele, “é louvável a adoção de providências para equiparar e harmonizar toda a legislação existente sobre um mesmo tema”.

O autor do projeto, o ex-deputado Juvenil, afirma que a Constituição estabelece, para efeito da proteção do Estado, o reconhecimento da união estável entre o homem e

a mulher como entidade familiar. Para ele, a lei deve, portanto, facilitar sua conversão em casamento. Disse também que o novo Código Civil reconhece diversos direitos ao companheiro e determina que este participará da sucessão do outro, quando os bens forem adquiridos durante a união estável.

Outro destaque feito pelo autor é que o Código Civil também outorga ao companheiro o direito de administração provisória da herança até o compromisso do inventariante. O fato de o Código de Processo Civil não estar atualizado nessa questão, segundo o ex-deputado, “causa transtorno às partes e aumento de demandas judiciais nas varas de família, sem justificativa plausível”. Segundo o ex-deputado, grande parte das entidades familiares é constituída no regime de união estável.

Anistia a policiais punidos por reivindicação salarial

Vai à sanção presidencial o projeto que anistia policiais e bombeiros militares punidos pela participação em recentes movimentos reivindicatórios da categoria. O substitutivo da Câmara ao PLS 122/07 foi aprovado pelo Plenário ontem. O projeto original, do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), previa a anistia aos 1.300 policiais do Rio Grande do Norte que participaram de movimento por melhores salários e condições de trabalho em 2007.

O texto aprovado no Plenário, no entanto, que foi elaborado pelo relator da matéria na Câmara, deputado Mauro Benevides (PMDB-CE), estende o benefício para policiais e bombeiros de outras oito unidades da Federação: Bahia, Roraima, Tocantins, Pernambuco, Mato Grosso, Ceará, Santa Catarina e Distrito Federal. A ideia da inclusão de outros estados foi do deputado Mendonça Prado (DEM-SE) e vai atingir cerca de mais 5 mil profissionais das corporações que tenham sido punidos, inclusive com expulsão.

De acordo com o texto de Garibaldi, todos os policiais que estiveram envolvidos nos movimentos de 2007, que tenham praticado deserção ou faltas disciplinares devem ser anistiados, em qualquer estágio em que se encontrem os processos acusatórios.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que a decisão vai “pacificar as forças de segurança do país”.



Nas galerias, funcionários do Dnit acompanham sessão: aumento salarial em janeiro

Senadores aprovam reajuste da remuneração de servidores do Dnit

Os senadores aprovaram, em votação simbólica e sem alterações, o projeto de lei da Câmara (PLC 322/09), proposto pelo Executivo, que reajusta as remunerações dos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). A matéria segue para sanção presidencial.

O projeto reajusta os vencimentos dos servidores do Dnit a partir de 1º de janeiro de 2010 e cria uma gratificação para servidores com mestrado ou doutorado. A proposta reajusta o valor do vencimento básico e dos pontos da gratificação de desempenho das carreiras de analista administrativo e técnico administrativo e dos demais servidores integrantes do plano especial de cargos do Dnit, de nível superior, intermediário e auxiliar.

Além disso, o texto institui a gratificação de qualificação, a ser

concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo integrantes da carreira de analista de infraestrutura e do cargo isolado de especialista em infraestrutura sênior. Para ter direito a essa gratificação, o servidor deverá ter doutorado, mestrado ou pós-graduação em sentido amplo com carga horária mínima de 360 horas-aula.

Os senadores Mão Santa (PSC-PI), Ideli Salvatti (PT-SC), Renato Casagrande (PSB-ES), Serys Slhessarenko (PT-MT), Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) e Adelmir Santana (DEM-DF) apoiaram a aprovação da matéria durante a votação no Plenário. Ideli, que proferiu parecer em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, disse que a carreira dos servidores do Dnit está defasada e defendeu a aprovação do projeto sem alterações para que pudesse ir logo à sanção.

Dias nacionais de Combate ao Escalpelamento e da Inovação

O Plenário também aprovou o projeto de lei da Câmara (PLC 175/08) que institui 28 de agosto como Dia Nacional de Combate ao Escalpelamento. Frequente nos estados da região Norte, onde o barco a motor é o principal meio de transporte da população ribeirinha, o escalpelamento – retirada do escalpo humano (parte de cima do crânio) – ocorre quando as pessoas, principalmente mulheres, se aproximam do motor ou da hélice em barcos precários, onde não há proteção para os eixos.

A aprovação foi comemorada pelos senadores Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Papaléo Paes (PSDB-AP), que apresentaram pedido de urgência para que a matéria fosse examinada ainda nesta sessão legislativa. O projeto, do deputado Sebastião Bala Rocha, vai à sanção do presidente da República.

Inovação

Os senadores também aprovaram a instituição do Dia Nacional da Inovação, a ser celebrado em 19 de outubro. É o que determina o PLC 32/09, da Presidência da República, que visa homenagear Alberto Santos Dummont, que, em 19 de outubro de 1901, realizou o primeiro voo controlado com dirigível em torno da Torre Eiffel, em Paris.

Senado dobra exame de matérias em relação a 2008

Presidente do Senado informa que foram votadas neste ano 2.632 propostas, contra 1.343 no ano passado: “Terminamos com a sensação do dever cumprido”

AO ABRIR A ordem do dia, o presidente do Senado, José Sarney, relatou ontem que foram aprovadas 2.168 matérias este ano no Senado, 72% a mais que as 1.258 propostas aprovadas no ano passado. Com relação às matérias apreciadas, o número praticamente dobrou, passando de 1.343 itens no ano passado para 2.632 este ano.

– O ano legislativo se encerra, assim, com números extremamente positivos para o Senado da República. Terminamos com a sensação do dever cumprido.

O presidente do Senado afirmou que 404 projetos de lei foram aprovados, sendo 130 em Plenário. Ele destacou a mudança no rito de tramitação dos projetos de lei da Câmara, que agora podem ser aprovados por decisão terminativa nas comissões.

– As estatísticas comprovam que o Senado Federal se engandeceu diante dos desafios e manteve o compromisso de responder às demandas da

sociedade por mudanças. Mudanças que fizeram avançar os direitos sociais, como a emenda que reduz a incidência da DRU [Desvinculação de Receitas da União] sobre recursos da educação, cujo orçamento foi aumentado em R\$ 9 bilhões a partir de 2011 – afirmou.

Em seu balanço resumido, Sarney destacou ainda a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) dentro do prazo constitucional, em 15 de julho; as novas regras para inquilinato; a regulamentação de diversas atividades profissionais; a criação de universidades e escolas técnicas em diversas regiões; o estabelecimento de regras para a cobrança da tarifa social de energia; a regulamentação do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; o programa Minha Casa, Minha Vida; a criação de 46 zonas de processamento de exportação (ZPES); a aprovação da emenda constitucional com novas regras para o pagamento de precatórios; a aprovação de

novas regras para parcelamento de dívidas com a União; e de “propostas que estimularam a economia num ano marcado pela crise econômica”.

– A comissão do Senado Federal que acompanhou a crise econômica produziu documentos que tiveram repercussão não só no Brasil como também internacional, tendo sido considerado um dos melhores trabalhos sobre a crise mundial, feito no Senado Federal sob a presidência do [ex-] ministro [da Fazenda, senador] Francisco Dornelles [PP-RJ] – destacou Sarney.

Ainda entre as votações efetuadas pelos senadores, ele lembrou a reestruturação da Defensoria Pública da União; a criação de um cadastro centralizado de crianças e adolescentes desaparecidos; a tipificação do crime de sequestro-relâmpago; a revisão da legislação sobre crimes sexuais; a regulamentação do mandato de segurança coletivo; e a emenda da reforma do Judiciário.

Destques para mudanças na Justiça e questão ambiental

O presidente do Senado destacou ainda a aprovação da Lei 12.106, que criou o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário; da Lei 12.016, que deu nova disciplina ao mandato de segurança; da Lei 12.011, que criou 230 varas federais; e da Lei 12.019, que permitiu a convocação de juízes para auxiliar em ações penais em curso no Supremo Tribunal Federal, dando agilidade na tramitação desses processos.

– No ano em que os líderes mundiais reuniram-se em Copenhague para garantir a preservação do nosso planeta, na Conferência do Clima, o Senado brasileiro aprovou a Política Nacional sobre Mudanças do Clima; um compromisso de redução das emissões de gases do efeito estufa; e o Fundo Nacional que irá financiar ações de preservação e desenvolvimento sustentável – afirmou.

José Sarney lembrou que, somente na sessão do dia anterior, foram aprovadas 44 matérias, “um esforço extra para fechar com louvor o ano legislativo”.

Entre elas, citou o teto para aumento do funcionalismo, a isenção de impostos sobre materiais escolares, o estabelecimento de um piso salarial para agentes de saúde e 15 operações de crédito externo beneficiando estados e municípios.

Códigos

Entre os demais trabalhos desenvolvidos no Senado neste ano, o presidente da Casa salientou a proposta para um novo Código de Processo Penal, apresentada na manhã de ontem e que deve ser votada



Sarney ressalta aprovação da Política Nacional sobre Mudança do Clima entre as conquistas do ano

Suplicy defende divulgação de salário de servidor

Ao pedir a palavra pela ordem após o pronunciamento de José Sarney, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) protestou devido à decisão, tomada no âmbito da Comissão Mista de Orçamento (CMO), de excluir do Portal da Transparência da Casa a relação de nomes, cargos e salários de funcionários.

Em resposta, Sarney afirmou que o Portal da Transparência foi uma das grandes conquistas do Senado Federal, uma vez que tudo o que acontece na Casa lá é publicado. O presidente disse que a publicação da relação de funcionários e seus respectivos cargos e remunerações encontram divergência entre os integrantes da Mesa diretora, que optaram por aguardar a tramitação de um projeto apresentado pelo próprio senador Suplicy que trata do assunto e está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Sarney lembrou que a legalidade da publicação ainda é discutida nos tribunais. Ele recebeu as congratulações de Osvaldo Sobrinho (PTB-MT).

Foto: G. Benedito / Magela

Senador diz que benefício representará um alento para os trabalhadores prejudicados pelas intempéries climáticas e também ajudará a manter o agricultor no meio rural

Garibaldi defende seguro desemprego em caso de seca

GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) fez um apelo para que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprove projeto de sua autoria que permite o pagamento do seguro desemprego aos produtores e trabalhadores rurais prejudicados por desastres climáticos, em particular para as vítimas da seca.

Na avaliação do senador, o benefício proposto no PLS 577/07 não apenas representará um alento para os que foram prejudicados pelas intempéries climáticas, mas ajudará a manter o agricultor no meio rural.

– O benefício do seguro desemprego representará uma forma concreta de amparo,



Garibaldi faz apelo para que CRA aprove projeto de sua autoria

ainda que provisório, a quem teve o árduo fruto do seu suor frustrado pela seca – previu.

Garibaldi ainda observou que as secas e estiagens acabam por prejudicar severamente o

desenvolvimento da agricultura em várias partes do planeta e do país, em particular no semiárido nordestino. Os efeitos sociais da seca, acrescentou, são ainda mais sérios, pois as comunidades atingidas costumam viver em extrema pobreza, dependente da agricultura de subsistência para sobreviver.

Ele fez uma reflexão sobre a adoção de políticas de proteção social no país. A seu ver, a sociedade percebeu que, ao contrário de configurarem ações paternalistas, essas iniciativas promovem a garantia de direitos reais para as pessoas, tornando-se vantajosas tanto para quem as recebe quanto para o Estado.

Papaléo aponta carências na infraestrutura do país

Ao apontar os problemas que o Brasil enfrenta no setor de infraestrutura, Papaléo Paes (PSDB-AP) perguntou como um país pode crescer “se sua administração não oferece as condições necessárias para tanto”. O senador citou dados do Tribunal de Contas da União (TCU) que apontam uma “baixa execução orçamentária dos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)”.

Papaléo lembrou o “apagão no setor elétrico, que deixou sem energia 2/3 dos estados”, dizendo que situações atmosféricas adversas devem estar previstas na implantação dos equipamentos de transmissão de energia.

Outro setor “que não merece

confiança”, disse o senador, é o aeroportuário. Ele recordou os problemas ocorridos entre 2006 e 2007 no transporte aéreo e alertou para o que pode ocorrer na Copa do Mundo de 2014 e nas Olimpíadas de 2016, quando o setor será exigido muito além do normal. Embora a Infraero tenha anunciado investimento de R\$ 7 bilhões em 16 aeroportos, Papaléo disse que o governo “promete investir, mas descumprir o orçamento por ele mesmo elaborado como forma de exibir um bom resultado fiscal”.

O senador também criticou a predominância no Brasil do modal rodoviário. Quase 60% das cargas são transportadas por caminhões e apenas 25% por



Papaléo diz que governo Lula faz muita propaganda, mas age pouco

trens, disse, salientando que, em grandes distâncias, o transporte rodoviário chega a acrescentar 19% ao preço bruto dos produtos. Além disso, a frota do país tem média de idade de 17 anos – “o que a torna ineficiente”. Papaléo ainda defendeu o desenvolvimento do transporte hidroviário, “três vezes mais barato do que o ferroviário”.

Cassol: motorista bêbado deve pagar por hospital

O senador Sadi Cassol (PT-TO) anunciou que pretende apresentar, no início do próximo ano, projeto para modificar a chamada Lei Seca, de forma a atribuir ao motorista sob efeito de drogas ou álcool a responsabilidade pelos custos do hospital público em caso de acidente.

Na opinião do senador, não é justo que um motorista que se embriaga ou que causa um acidente sob o efeito de drogas vá para um hospital público, tenha preferência sobre idosos e outros doentes que aguardavam



Cassol: quem se embriaga deve se responsabilizar por custos do acidente na fila durante horas e gaste recursos públicos para curar os

seus ferimentos e os das pessoas cuja vida colocou em risco.

Comprovação

– Queremos que o hospital público atenda, sim, mas, no momento em que for comprovado pela autoridade policial ou pela autoridade médica que o motorista estava sob efeito de álcool ou de drogas, que lhe seja cobrada a responsabilidade por aqueles custos. Que esse tratamento não seja cobrado de nós, que estamos em casa, com a nossa família – disse Cassol.

Magno Malta elogia declaração de Bento XVI contra pedofilia

O papa Bento XVI disse ter ficado indignado e angustiado com os fatos publicados em um relatório sobre violências sexuais cometidas contra crianças por sacerdotes católicos na Irlanda. A declaração foi elogiada por Magno Malta (PR-ES).

– Professo a fé evangélica, mas há 40 dias, no Maranhão, infelizmente tive que dar voz de prisão a quatro pastores abusadores de crianças.

O senador, que é presidente da CPI da Pedofilia, elogiou também duas decisões do Supremo Tribunal Federal: a primeira, que determinou o imediato cumprimento de acórdão condenando o juiz Arnon José Coelho Júnior por estupro presumido de uma



Magno Malta: há, infelizmente, líderes religiosos e pais abusando de crianças

menina de 13 anos, e a segunda, que rejeitou *habeas corpus* impetrado pela defesa de Anderson Luiz Juliano Borges, em cuja casa foram apreendidos 167 CDs com fotos e imagens de sexo explícito com menores.

Flexa Ribeiro agradece título de cidadão honorário de Santarém

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) agradeceu o título de Cidadão Santarém, concedido a ele pela Câmara de Vereadores de Santarém (PA) na terça-feira. Nascido em Belém, Flexa Ribeiro afirmou que agora passa a ser filho adotivo do outro município.

O senador disse que a “Pérola do Tapajós”, como é conhecida Santarém, é banhada pelos rios Tapajós e Amazonas. A região, informou, é também chamada de “Caribe Amazônico”, pelas belezas naturais. Flexa Ribeiro afirmou que a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), que já funciona em Santarém, foi sugerida por ele mediante projeto em 2006.

Ele também apresentou votos



Flexa Ribeiro destaca belezas naturais do município que o “adotou”

de aplauso para o São Raimundo Esporte Clube, campeão de futebol da Série D, e para a escola Santa Clara, de Santarém, devido à medalha de ouro conquistada por seus alunos na 1ª Olimpíada Nacional de História do Brasil.

Heráclito lamenta que Piauí “não tenha o que comemorar em 2009”

Heráclito Fortes (DEM-PI) afirmou que o Piauí não teve muito a comemorar em 2009, devido aos problemas e dificuldades de natureza administrativa que vem enfrentando.

O senador lamentou o fechamento, no município de Florianópolis, das instalações do Brasil Ecodiesel, um projeto baseado na mamona.

Heráclito também citou os casos do Porto Luís Correia, que está com as obras paralisadas e “máquinas completamente sucateadas”, e do aeroporto de Parnaíba, cuja inauguração está prevista, segundo informou, para o próximo dia 24, “mas as



Heraclito afirma que há no estado empresas fechando e obras paralisadas

empresas entraram de recesso por causa do final de ano e as pistas estão limitadas a 900 metros. A iluminação noturna não existe”.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Silhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Silhessarenko • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Mercadante elogia desempenho da economia brasileira em 2009

Ao fazer, da tribuna, um balanço do desempenho econômico do Brasil em 2009, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que o país soube, ao longo desses sete anos do governo Lula, construir mecanismos de defesa contra a crise financeira internacional e preservar a estabilidade da economia. Ele disse que o país tem mais reservas cambiais do que dívida externa e que o governo reduziu a dívida pública de 57,5% do produto interno bruto (PIB) para 44%.

– Sem privatizar, sem vender o patrimônio, com austeridade, com seriedade tributária, com a retomada do crescimento. Aqueles que apostavam no Estado mínimo, nas privatizações, que venderam o Banespa, que venderam os bancos estaduais, que venderam agora a Nossa Caixa, como o governador de São Paulo, não souberam entender que os bancos públicos têm um papel para impulsionar o desenvolvimento, que o crédito público ajuda a enfrentar crises como essa que nós enfrentamos.

Mercadante assinalou que, conforme compromisso assumido em campanha, o governo cumpriu as metas de inflação estabelecidas pelo Banco Central. Segundo ele, esse compromisso foi assumido contra o discurso da oposição (PSDB e DEM), que previa a volta da inflação e que o país não cresceria. Além disso, o parlamentar salientou que o governo Lula alcançou os melhores indicadores sociais de toda a história do IBGE.

– Tiramos 21 milhões de brasileiros da pobreza com o Bolsa



Mercadante: "Governo Lula construiu mecanismos contra a crise financeira"

Família, que atinge 11 milhões de famílias trabalhadoras. Conseguimos recuperar o salário mínimo como em nenhum outro momento da história econômica. Conseguimos, através do ProUni, colocar os filhos dos trabalhadores na universidade particular. O governo Lula dobrou o número de vagas no ensino universitário federal e criamos 14 novas universidades federais.

Mercadante afirmou que o governo Lula mais que dobrou o número de escolas técnicas federais, que eram 115 e hoje são 214. Segundo ele, houve um esforço para democratizar a oportunidade da educação ao criar a Universidade Aberta para formar professores.

Outro ponto ressaltado pelo senador é a recuperação dos empregos, com "recorde histórico" na abertura de novas vagas. Disse que os empregos perdidos durante a crise já foram recuperados e 2009 termina com saldo positivo nessa área. Mercadante salientou ainda os recordes na venda de automóveis e de imóveis. Ele vê sinais de crescimento da economia de 6% no próximo ano.

"Passado mostra o país que não queremos", afirma Simon

Pedro Simon (PMDB-RS) disse, em discurso, que um balanço de final de ano não serve apenas para dar uma visão do passado, mas também como um olhar para o futuro e para a correção de rumos. Ele afirmou não ter dúvidas de que o Brasil avançou, mas que tem dúvidas quanto ao lugar que o país ocupa no mundo.

O senador acredita que o olhar para o passado permite "estabelecer um foco sobre que país não queremos". afirmou que, infelizmente, no campo político, em 2009 o Brasil foi o país que ninguém quer. Para ele, o Brasil foi, este ano, "o país da corrupção, da impunidade, da crise de valores, da persistência da fome e das filas dos hospitais; um país dividido por uma nova versão, tipicamente brasileira, do muro da vergonha".

– O Senado, nesses últimos anos, não tem sido, também, uma boa referência para o país que queremos. Por pouco, ou por benevolência dos editores, não passamos dos cadernos de política para os segmentos policiais.

Na avaliação de Simon, a crise política do Congresso é existencial, reforçada pela concentração excessiva do poder nas mãos do Executivo e por um federalismo também em

crise. O senador assinalou que o Legislativo "perdeu espaços legislativos para quem não foi eleito para fazer leis e os projetos acabaram sendo substituídos por medidas provisórias".

Simon fez uma série de questionamentos sobre as melhores escolhas para o Brasil no campo econômico, como a busca incessante pelos primeiros lugares na economia mundial, pelo lucro, pelo desenvolvimento e pela distribuição de renda com bolsas de auxílio à população carente.

– A questão chave hoje é: que país queremos? Que indústria, que agricultura, que serviços, que tecnologia, que educação, que saúde, que condições de vida terá nossa população? – indagou o senador, frisando que tudo o que vier a seguir será consequência da resposta a essas perguntas.

Para o senador, "a melhor pista sobre o país que queremos está exatamente no seu contraponto: no país que não queremos".

– Aí está a importância do conhecimento do passado para traçarmos os nossos novos e melhores caminhos futuros. Não há como negar esse passado se quisermos construir a nossa melhor travessia. O nosso verdadeiro feliz ano-novo – ressaltou.

Proposta deveria ser apreciada ontem em sessão extraordinária, mas, por força de requerimento de Pedro Simon e dos líderes partidários, será examinada antes pela CCJ

Plenário deixa de votar CPP e envia matéria a comissão

POR FORÇA DE requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) e dos líderes partidários, o Senado resolveu ontem enviar ao exame prévio da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o projeto de reforma do Código de Processo Penal (CPP). A decisão foi tomada pelo Plenário durante a sessão extraordinária que havia sido convocada para votar a matéria. Com isso, a proposta só será submetida à deliberação da Casa no próximo ano.

Simon reconheceu que o projeto de reforma do CPP representa um ótimo trabalho, mas disse que o exame pela CCJ dará, a todos os senadores, a oportunidade de tomar conhecimento mais detalhado sobre o assunto. Segundo ele, durante o recesso, os senadores poderão estudar e analisar o projeto.

O presidente do Senado, José Sarney, disse esperar que o exame pela CCJ não venha a retardar muito a votação final, uma vez que o código em vigor data de 1941 e "precisa muito ser atualizado". O senador reconheceu haver "pressões muito grandes para que isso não seja feito", exatamente como



Simon: "No recesso, os senadores poderão estudar e analisar o projeto"

aconteceu durante a votação da reforma do Judiciário.

– As pressões foram vencidas e mecanismos como a súmula vinculante já se mostraram relevantes para assegurar um melhor acesso do cidadão à Justiça – destacou.

José Sarney lembrou que durante 20 anos houve uma grande quantidade de propostas sobre o Código de Processo Penal em tramitação no Congresso Nacional. O atual projeto, coordenado pelos senadores Demostenes Torres (DEM-GO) e Renato Casagrande (PSB-ES), é muito bom e, por isso, "precisa



Valadares pede constituinte exclusiva para as reformas política e eleitoral

ser aprovado", afirmou.

Constituinte

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que, depois dos códigos de Processo Penal e Civil que estão em fase final de atualização, falta uma grande reforma a ser feita pelo Legislativo: a do processo político e eleitoral, além da tributária.

Em resposta, Sarney informou que o Senado constituirá, em 2010, uma comissão de alto nível com a finalidade de propor uma reforma política e eleitoral, como foi feito em relação aos códigos de Processo Penal e Civil.

Senadores defenderam o exame prévio da CCJ

Alegando falta de consenso para votação imediata em Plenário do projeto de novo Código de Processo Penal (PLS 156/09), Pedro Simon defendeu, na reunião realizada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que a matéria fosse submetida a uma discussão prévia no colegiado.

Como o Regimento Interno do

Senado estabelece que projeto oriundo de comissão especial – caso do novo CPP – não precisa ser examinado por comissão temática da Casa, o presidente da CCJ, Demostenes Torres, sugeriu então a Simon que apresentasse requerimento em Plenário para análise da proposta pela Comissão de Justiça.

Demostenes admitiu ter al-

guns "senões" em relação ao projeto do novo CPP, mas concordou em encaminhá-lo diretamente para votação em Plenário, mesmo que seu desejo fosse trazê-lo antes para a CCJ.

A ponderação de Simon teve o apoio de Antônio Carlos Valadares, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Aloizio Mercadante (PT-SP) e Renato Casagrande.

Comissão de juristas acelera estudo de novo CPC

A comissão de juristas que elabora um anteprojeto de novo Código de Processo Civil (CPC) apresentou, na manhã de ontem, os resultados preliminares de suas atividades. O presidente da comissão, Luiz Fux, reiterou que o principal objetivo do novo código será "não apenas agilizar a prestação de serviços da Justiça, mas também diminuir a gama infindável de recursos judiciais que existem hoje".

Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Fux destacou que há cerca de 250 mil processos

tramitando nessa corte.

Ele informou que a comissão deve apresentar o anteprojeto de novo código no primeiro semestre de 2010. Como o colegiado foi criado por designação do Senado, a matéria iniciará sua tramitação na Casa, e não na Câmara dos Deputados.

Visando simplificar o processo civil para torná-lo mais rápido, a proposta deve criar instrumentos como o "incidente da coletivização de demandas". Segundo Luiz Fux, isso permitirá que, em vez de milhares de ações sobre

litígios semelhantes, apenas uma ação coletiva produza uma decisão aplicável a todo o país. Ele ressaltou que essa medida se aplica somente a litígios que possam ser "massificados".

É o que ocorre, por exemplo, quando milhares de pessoas contestam a assinatura básica de telefonia – explicou.

Dessa forma, salientou o ministro, pretende-se evitar que "ações semelhantes resultem em decisões completamente inconciliáveis, fazendo com que uma pessoa ganhe e outra perca a partir de uma mesma situação jurídica".

Para o consultor-geral do Senado Bruno Dantas, membro da comissão, essa distorção incentiva o uso de recursos, devido à sensação de injustiça provocada pela insegurança jurídica.

A comissão de juristas também pretende tornar obrigatórias as audiências de conciliação. A medida permitirá a redução do número de processos – como resultado do esforço para que as partes em uma ação entrem em acordo.



Luiz Fux: comissão deve apresentar proposta no primeiro semestre de 2010

Comissão vota texto que aumenta receita de 2010

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou o relatório da atualização da receita, relativo ao Projeto de Lei do Congresso Nacional 46/09, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

O resultado da reestimativa, feita pelo relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), aumenta em R\$ 1,7 bilhão a receita da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Com a aprovação do texto, o relator-geral do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2010, deputado Geraldo Magela (PT-DF), terá condições de concluir seu relatório final, que poderá ser votado na comissão e, em seguida, no Congresso, na próxima semana.



Parlamentares decidem adiar votações do Congresso Nacional

Votação de créditos suplementares fica para segunda-feira

A sessão do Congresso para votar créditos suplementares ao Orçamento de 2009 ficou para a próxima segunda-feira.

A sessão chegou a ser aberta ontem à noite, mas senadores e deputados decidiram adiar as votações para permitir a conclusão dos acordos em torno da votação da Lei Orçamentária para 2010.

Expectativa

Com isso, a expectativa é que o relatório final do Orçamento seja votado pela Comissão Mista de Orçamento na segunda-feira.

No mesmo dia, às 15h, o Congresso deve deliberar sobre os créditos suplementares.

No dia seguinte, o Congresso deve se reunir novamente para concluir a votação da lei orçamentária.

Conclusões isentam estatal de irregularidades na concessão de patrocínio, na compra de plataformas e na construção de refinaria. Oposição havia se retirado da comissão

CPI da Petrobras aprova relatório e encerra trabalho

POR UNANIMIDADE, MAS sem a presença da oposição, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras aprovou ontem o relatório final do senador Romero Jucá (PMDB-RR) com recomendações do senador Fernando Collor (PTB-AL). Collor reclamou do pouco tempo fornecido pela CPI para exame de toda a documentação, condensada em cinco tomos num total de 359 páginas. Ele havia pedido vista do relatório na terça-feira.

Jucá não pediu nenhum indiciamento e isentou a Petrobras de supostas irregularidades em contratações de patrocínio, mas fez algumas recomendações, entre elas a disponibilização na internet da relação de contratos de patrocínios realizados pela empresa.

O relatório de Jucá também afasta a possibilidade de irregularidades na compra de plataformas para exploração de petróleo, bem como o superfaturamento na construção da Refinaria Abreu Lima, no estado de Pernambuco. Mas sugere a formação de um grupo de trabalho para a elaboração de uma nova metodologia de cálculo para



Collor (E) sugere mudança em procedimento licitatório proposto por Jucá

estimativa dos custos de obras diferenciadas, não atendidas pelas metodologias utilizadas pelo governo federal.

A CPI foi encerrada um mês antes do prazo em razão de a oposição ter deixado a comissão, no fim de outubro, por discordar dos rumos das investigações.

Licitações

Collor condenou dispositivo do projeto que regulamenta o procedimento licitatório da Petrobras, apresentado no relatório de Jucá para disciplinar licitações e contratos da empresa. Segundo ele, isso implica a possibilidade de alteração substancial do objeto originalmente pactuado, inclusive mediante



acréscimos de serviços estranhos, "ocasionando, na prática, fuga ao procedimento licitatório". O projeto sugerido pela CPI deve ser analisado ano que vem pelo Plenário do Senado.

Entre as recomendações apresentadas por Fernando Collor, acolhidas por Jucá, destaca-se a que prevê a licitação por pregão eletrônico, para a compra, por exemplo, de carros ou contratação de serviços de limpeza. A ideia é agilizar os procedimentos e tornar a empresa mais célere.

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) afirmou que, no decorrer das investigações, ficou comprovado que a Petrobras adotou procedimentos legais.

Norma visa reduzir acidentes entre aves e aviões

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou relatório do senador Heráclito Fortes (DEM-PI) a projeto que estabelece medidas para o controle de pássaros nas imediações de aeroportos.

A proposição (PLC 74/09) tem o objetivo de reduzir o risco de acidentes e incidentes aeronáuticos decorrentes de colisões de aeronaves com aves nas imediações dos aeroportos, estabelecendo uma Política de Controle Aviário (PCA) nas áreas

de segurança determinadas pela Aeronáutica.

O projeto prevê limitações a serem impostas pela Aeronáutica no âmbito da Área de Segurança Aeroportuária (ASA), principalmente no tocante à implantação de atividades atrativas de aves nessas áreas.

Também impõe a observância de normas de preservação do meio ambiente, propõe a fiscalização das novas regras e estabelece penalidades e medidas administrativas contra aqueles

que as descumprirem.

De acordo com o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) do Comando da Aeronáutica, entre 1993 e 2003 ocorreram 2.636 colisões entre aves e aeronaves nos céus do Brasil.

Em 2008, conforme o estudo, foram registradas 659 colisões e 34 quase colisões, com aves de diversas espécies e contra diferentes tipos de aeronaves. Desse número, 597 casos envolveram aviões civis.

China

A CRE aprovou ainda requerimento do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) para que uma missão do Senado visite a China entre 10 a 22 de janeiro, oficializando convite recebido do Ministério dos Transportes daquele país.

O objetivo da viagem será obter maiores conhecimentos sobre a construção ferroviária e seu desenvolvimento, justifica Raupp.



Eduardo Azeredo (E) preside reunião da Comissão de Relações Exteriores

TV Senado explica como funciona o Orçamento

Para mostrar como acontece o planejamento para os gastos públicos, o papel do Legislativo na aprovação da proposta orçamentária e a função do Tribunal de Contas da União (TCU) na fiscalização da execução do orçamento, o *Repórter Senado*, da TV Senado, apresenta, neste fim de semana, um especial sobre o assunto.

Parlamentares, ministros do TCU e consultores legislativos explicam o que é esse instrumento, esclarecem o processo de elaboração da peça orçamentária e, principalmente, como a população também pode fiscalizar a aplicação do dinheiro público. O *Repórter Senado* vai ao ar neste sábado, às 20h30, e no domingo, às 1h30 e às 15h30.

Artes

A vida e a obra do escultor expressionista, ceramista e pintor Abelardo da Hora serão contadas pelo programa *Tela Brasil*. Pernambucano de São Lourenço da Mata, o artista descreve sua trajetória artística e política em quase nove décadas.

Abelardo da Hora também foi responsável pela formação de grande parte dos artistas plásticos de Pernambuco, entre eles o escultor Francisco Brennand. O *Tela Brasil* vai ao ar no sábado, às 15h30, e no domingo, às 21h.

Rádio Senado debate decisão sobre a Venezuela

A Rádio Senado debate na segunda-feira a aprovação, pelo Brasil, da entrada da Venezuela no Mercosul. Para que o país possa efetivamente fazer parte do bloco, ainda é necessário que o Paraguai aprove o ingresso.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Inácio Arruda (PCdoB-CE) debatem, no *Entrevista Especial*, que vai ao ar às 12h, a influência da decisão na economia dos países do bloco, os riscos da política de Hugo Chávez e as perspectivas para o continente.

Hoje, às 18h, a reportagem especial *20 Anos da Eleição de 1989* relembra os principais candidatos, os momentos marcantes da propaganda eleitoral e os debates acirrados da época.

Os ouvintes de Brasília podem sintonizar na estação 91,7 FM, e os de Natal, na 106,9 FM. Na internet, é possível acompanhar a programação ao vivo pelo site www.senado.gov.br/radio.

Definidos parlamentares da Comissão Representativa

Foram confirmados ontem os nomes dos parlamentares que vão integrar a Comissão Representativa do Congresso Nacional durante o recesso parlamentar, entre 23 de dezembro deste ano e 1º de fevereiro de 2010. A comissão é formada por oito senadores e 17 deputados, com igual número de suplentes.

As indicações são feitas pelos líderes partidários das duas Casas. A principal atribuição da Comissão Representativa é deliberar sobre temas de caráter emergencial. O colegiado permanece em funcionamento mesmo no período de convocação extraordinária do Congresso.

Parlamentares de plantão

Senadores titulares

João Ribeiro (PR-TO); Aloizio Mercadante (PT-SP); José Sarney (PMDB-AP); Valdir Raupp (PMDB-RO); Adelmir Santana (DEM-DF); Eduardo Azeredo (PSDB-MG); Eptácio Cafeteira (PTB-MA); Cristovam Buarque (PDT-DF).

Senadores suplentes

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE); Marcelo Crivella (PRB-RJ); Demostenes Torres (DEM-GO); Lúcia Vânia (PSDB-GO); Gim Argello (PTB-DF)

Deputados titulares

Dr. Paulo César (PR-RJ); Edio Lopes (PMDB-RR); Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG); Mauro Benevides (PMDB-CE); Odair Cunha (PT-MG); Paes Landim (PTB-PI); Pedro Chaves (PMDB-GO); Reginaldo Lopes (PT-MG); Rubens Ottoni (PT-GO); Virgílio Guimarães (PT-MG); Arnaldo Jardim (PPS-SP); Eduardo Gomes (PSDB-TO); Guilherme Campos (DEM-SP); Leonardo Vilela (PSDB-GO); Marcos Montes (DEM-MG); Rodrigo Rollemberg (PSB-DF); Sarney Filho (PV-MA).

Deputados suplentes

Eliene Lima (PP-MT); Geraldo Resende (PMDB-MS); Jovair Arantes (PTB-GO); Leonardo Monteiro (PT-MG); Marcelo Melo (PMDB-GO); Osvaldo Reis (PMDB-TO); Pedro Wilson (PT-GO); Vander Loubet (PT-MS); Vicentinho Alves (PR-TO); Duarte Nogueira (PSDB-SP); João Campos (PSDB-GO); Onyx Lorenzoni (DEM-RS); Osório Adriano (DEM-DF); Edson Duarte (PV-BA); Chico Alencar (PSOL-RJ).